



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*  
***Procuradoria Jurídica***

---

**REFERENTE:** Resolução n. 07/2024.

**REQUISITANTE:** Comissão de Constituição e Justiça

**ASSUNTO:** Cria programa de Combate ao Assédio Moral e Sexual

***“Cria o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.”***

**PARECER JURÍDICO**

**I- RELATÓRIO**

A Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Cacoal-RO, com fulcro no artigo 220 do Regimento Interno deste Poder Legislativo, conhecendo da consulta acerca do processo em epígrafe, vem se manifestar da seguinte forma:

Cuida-se de Propositura de Resolução que tem por objeto, criar o Programa de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

A proposição fora encaminhada para receber parecer preliminar de juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

É o relato do necessário.

**II- LEGALIDADE**

O assédio moral e sexual, são definidos pela Organização Internacional do Trabalho/Ministério Público do Trabalho como conduta manifestada fisicamente por atos, palavras, gestos ou outros meios, propostas ou impostas a pessoas contra sua vontade, que causem constrangimento e violem sua liberdade.

Como forma de atentado contra a dignidade da pessoa humana, atingindo a liberdade vítima, o assédio gera consequências danosas, muitas vezes irreversíveis, devendo ser socialmente combatido.



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*  
***Procuradoria Jurídica***

---

A Constituição Federal de 1988 tutela expressamente os direitos à dignidade da pessoa humana, à igualdade, à liberdade, à honra, à privacidade e à intimidade, os valores sociais do trabalho, os valores de justiça e solidariedade, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (artigo 1º, incisos III, IV; artigo 3º, incisos I, III, IV; c/c artigo 5º, caput, e inciso X, todos da Constituição Federal; c/c artigo 186 e artigo 927 do Código Civil).

Na legislação brasileira, a proteção da liberdade sexual nas relações de trabalho se deu, de forma mais específica, a partir da ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará, pelo Estado Brasileiro, editada pela Organização dos Estados Americanos — OEA em 1994.

O documento informa, em seu art. 2º, que constitui violência contra a mulher qualquer ação ou conduta que compreenda o assédio no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar.

A partir da ratificação da convenção, o diploma assume status de norma supra legal que submete todas as normas legais e infralegais à sua esfera de influência, de modo que a proteção da mulher contra qualquer forma de violência assume, de forma ainda mais precisa, *status* de direito fundamental constitucionalmente tutelado.

O combate ao assédio também é tratado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Convenção nº 190, que dispõe sobre a eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho (2019). O assédio, portanto, ganha contornos de comportamento cada vez mais inaceitável e, nos termos da convenção, se caracteriza por palavras, gestos, insinuações, contatos físicos forçados, convites impertinentes, ameaças, chantagens e variadas formas de intimidação física, verbal, moral ou psíquica que, como regra, mas não exclusivamente, decorrem da diferença de gênero, e que tem o potencial de resultar em danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos.

A reforma trabalhista de 2017 introduziu o assédio sexual na Consolidação das Leis Trabalhistas ao estabelecer a intimidade, a liberdade, a autoestima e a sexualidade como bens jurídicos protegidos nas relações de trabalho, cuja violação é passível de reparação por dano de natureza extrapatrimonial.

A partir desse reconhecimento, as empresas precisam assegurar um meio ambiente de trabalho livre de qualquer violência sexual, sob pena de responderem de forma



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*  
***Procuradoria Jurídica***

---

objetiva perante as pessoas ofendidas, nos termos do que prevê o artigo 932, inciso III, do Código Civil Brasileiro.

Assim, recentemente, a tutela da liberdade sexual encontrou amparo mais contundente e específico na legislação trabalhista. De fato, o trabalho é mais que a fonte de sustento das pessoas, relacionando-se com a identidade e a imagem do indivíduo perante a sociedade. As pessoas são identificadas pelas profissões e trabalhos que desempenham socialmente. A violação aos valores de dignidade humana, privacidade, intimidade e honra nas relações de trabalho atinge o indivíduo de forma muito particular e cruel, causando impactos indelévels na reputação, na autoimagem e na imagem que ostenta perante a sociedade (família, comunidade escolar, profissional, etc.).

Na esfera penal, apenas em 2001, o ordenamento jurídico brasileiro inseriu o assédio como crime contra a liberdade sexual do homem ou da mulher, definindo-o como a conduta de *"Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função."*

No caso em tela, a Resolução ora proposta visa criar um programa contínuo e abrangente de prevenção e combate ao assédio moral e sexual no Poder Legislativo Municipal.

Entre os objetivos do programa estão: a capacitação dos servidores e gestores para identificar e lidar com situações de assédio, a criação de canais seguros e eficientes para denúncias, a proteção das vítimas e a responsabilização dos agressores.

A implementação de um programa específico no âmbito legislativo garante que as particularidades do ambiente político-administrativo sejam contempladas, respeitando o caráter público e o compromisso com a transparência e o respeito ao cidadão e ao servidor.

Esse esforço não só cumpre as normas legais e recomendações do Ministério Público do Trabalho e das legislações federais, mas também fortalece a imagem do Poder Legislativo como um ambiente ético, justo e comprometido com o bem-estar de seus servidores.

Destarte, não vislumbro inconstitucionalidade, ou vícios na presente propositura.

### **III- CONCLUSÃO**



*Estado de Rondônia*  
*Câmara Municipal de Cacoal*  
***Procuradoria Jurídica***

---

Após exame da matéria, opino pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei, de modo que a tramitação, discussão e deliberação Plenárias fica a cargo das comissões.

É o parecer, salvo juízo distinto.